

Banco de Tokyo sugere mais ousadia que Brady

O Brasil não necessita do Plano Brady — programa desenvolvido pelo governo dos Estados Unidos com objetivo de reduzir em 1/3 a dívida dos países devedores do Terceiro Mundo mediante a absorção de parte dos débitos via desconto e com aval do Tesouro americano — para equacionar o problema da dívida externa e permitir a retomada do crescimento econômico, afirmou, ontem, o presidente do Conselho Consultivo do Banco de Tokyo, Toshiro Kobayashi. Ao classificar de “bastante positivo” o encontro do presidente eleito Fernando Collor de Mello com os empresários japoneses, durante a sua rápida estada em Tóquio, principalmente pela sua promessa de abrir a economia brasileira e eliminar os cartórios, Kobayashi disse que o raio de ação do Plano Brady é limitado e pode inibir a participação mais ativa dos bancos credores.

O raciocínio desenvolvido por Kobayashi parte do princípio de que o Plano Brady permite somente a redução de 1/3 dos débitos com os bancos privados. No caso brasileiro, isto significa que o programa americano envolveria créditos no valor global de US\$ 60 bilhões que os bancos privados têm junto ao governo — a dívida com os organismos oficiais (FMI, Banco Mundial e Clube de Paris) não está incluída no programa. Conseqüentemente, o Plano Brady prevê diminuição na dívida externa em US\$ 20 bilhões, referente exatamente a um terço do total, proporcionando uma redução efetiva de apenas US\$ 2 bilhões no pagamento dos juros da dívida externa do Brasil por ano, caso o programa seja executado nos mesmos moldes do recentemente aprovado pelo governo do México.

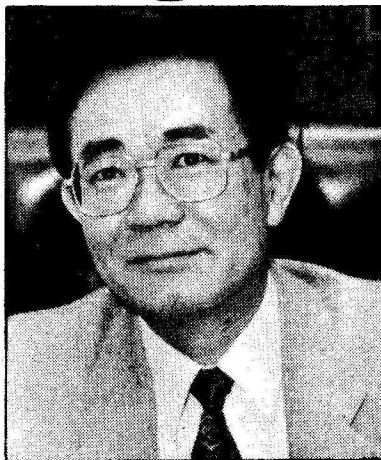
A crítica de Kobayashi chega a surpreender, uma vez que o Banco de Tokyo é um dos maiores credores do País e representante das instituições financeiras do Sudeste Asiático junto ao Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores para a



Tobayashi surpreendeu

dívida brasileira. Para o banqueiro, o governo do Brasil tem todas as condições de formalizar uma proposta para a questão da dívida externa capaz de ser aceita pela comunidade financeira internacional, desde que aprovada primeiro pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). No seu entender, o programa teria como base a redução substancial do pagamento dos juros da dívida. Kobayashi prefere não fixar um patamar para essa redução, mas salientou que deve ser algo que permita livrar o País do estrangulamento gerado, hoje, pelo serviço da dívida, mas que, ao mesmo tempo, não desagrade os credores.

Aliada a esta proposta, o presidente do Conselho Consultivo do Banco de Tokyo defende a tese de que o governo brasileiro deve retomar o programa de conversão de dívida externa em capital de risco. Apenas para citar um exemplo, o banqueiro japonês propõe que 30% do principal da dívida externa brasileira seja passível de conversão em investimento de risco. “É possível criar instrumentos que permitam ao País aumentar o fluxo de recursos externos via conversão sem que pressione a base monetária e, conseqüentemente, a inflação”, ponderou Kobayashi. Aliás, este poderia ser mecanismo adequado não apenas para iniciar o processo de privatização das empresas estatais, como



Suzuki quer mais leilões

também é possível imaginar, a médio prazo, a viabilização do lançamento de bônus ou títulos da dívida no mercado internacional.

— Tudo isto aliado a um sério programa de saneamento da economia brasileira fará com que, a curto prazo, o Brasil possa voltar a ser um bom risco para os países desenvolvidos, retornando o fluxo de investimentos para o País — disse o banqueiro.

A mesma opinião é compartilhada pelo presidente executivo do Banco de Tokyo, Takanori Suzuki, que assumiu recentemente o cargo no Brasil. Segundo ele, a assessora econômica de Fernando Collor, Zélia Cardoso de Mello, revelou, durante encontro antes de o presidente eleito ter seguido viagem para os Estados Unidos e Japão, que o programa econômico aprovado por Collor prevê a volta dos leilões de conversão de dívida em investimentos. “É um mecanismo que já deu certo no passado e tem todas as condições de ser reativado”, ponderou Suzuki. A comunidade financeira internacional vê com bons olhos as propostas apresentadas até agora por Fernando Collor, mas observou que qualquer programa econômico terá de ser aprovado pelo FMI para que sejam liberados recursos das agências internacionais, como do Eximbank ou do Fundo Nakasone.